



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária

P R O V A

Português

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

No campo da ética

Costuma-se dizer que os fins justificam os meios, de modo que, para alcançar um fim legítimo, todos os meios disponíveis são válidos. No campo da ética, porém, essa afirmação deixa de ser óbvia.

Suponhamos uma sociedade que considere um valor e um fim moral a lealdade entre seus membros, baseada na confiança recíproca. Isso significa que a mentira, a inveja, a adulação, a má-fé, a crueldade e o medo deverão estar excluídos da vida moral, e as ações que se valham desses recursos, empregando-os como meios para alcançar um fim, serão imorais.

No entanto, poderia acontecer que, para forçar alguém à lealdade, fosse preciso fazê-lo sentir medo da punição pela deslealdade, ou fosse preciso mentir-lhe para que não perdesse a confiança em certas pessoas e continuasse leal a elas. Nesses casos, o fim – a lealdade – não justificaria os meios – o medo e a mentira? A resposta ética é: não. Por quê? Porque esses meios desrespeitam a consciência e a liberdade da pessoa moral, que agiria por coação externa e não por reconhecimento interior e verdadeiro do fim ético.

No campo da ética, portanto, nem todos os meios são justificáveis, mas apenas aqueles que estão de acordo com os fins da própria ação. Em outras palavras, fins éticos exigem meios éticos.

A relação entre meios e fins pressupõe que a pessoa moral não existe como um fato dado, como um fenômeno da Natureza, mas é instaurada pela vida intersubjetiva e social, precisando ser educada para os valores morais e para as virtudes.

(Marilena Chauí, **Convite à Filosofia**)

1. Esse texto se desenvolve de modo a argumentar em favor da seguinte posição:

- (A) a prática dos valores éticos é um atributo natural dos seres humanos.
- (B) os meios só se justificam quando não são contrários aos fins de uma ação.
- (C) a deslealdade pode ser necessária para se promover uma atitude leal.
- (D) a educação moral torna possível justificar quaisquer meios em razão dos fins.
- (E) a legitimidade dos fins é garantida pela eficácia de uso dos meios disponíveis.

2. A leitura do último parágrafo do texto permite deduzir, corretamente, que

- (A) a prática moral é tanto mais fácil quanto mais alto o nível de escolaridade.
- (B) nenhuma ação é moral quando contraria a índole natural de uma pessoa.
- (C) os valores morais são categorias essencialmente individuais, e não coletivas.
- (D) é necessária uma educação moral para que bem se ajustem meios e fins.
- (E) a educação moral resulta de uma imposição interna de cada indivíduo.

3. Está correta a tradução de sentido da seguinte expressão do texto:

- (A) *todos os meios disponíveis são válidos* = todos os subterfúgios são verossímeis.
- (B) *essa afirmação deixa de ser óbvia* = tal conjectura já não é im procedente.
- (C) *agiria por coação externa* = se renderia aos ditames da consciência.
- (D) *a relação entre meios e fins pressupõe que* = a autonomia tanto dos fins quanto dos meios faz supor que.
- (E) *ações que se valham desses recursos* = atos que lancem mão desses meios.

4. Está correto o emprego da expressão sublinhada na frase:

- (A) Somente são justificáveis os meios que estão em consonância entre seus fins.
- (B) A mentira e o medo não são meios com que se possa lançar mão.
- (C) É indiscutível o pressuposto de que uma pessoa moral não existe como um fato dado.
- (D) Para uma ação ética, os meios que se pode contar devem ser igualmente éticos.
- (E) A boa formação de uma pessoa implica de que seja educada para os valores morais e para as virtudes.

<p>5. Estão inteiramente respeitadas as normas de concordância verbal na frase:</p> <p>(A) Caso não haja meios éticos para que avancemos por um caminho, cada um dos nossos passos haverá de ser ilegítimo.</p> <p>(B) Caso não seja possível meios éticos para que avancemos por um caminho, cada um dos nossos passos haverá de ser ilegítimos.</p> <p>(C) Caso se contem apenas com meios ilegítimos, não haverá como se possa trilhar caminhos indiscutivelmente éticos.</p> <p>(D) Para que se atendam a finalidades éticas, são imprescindíveis que se contem apenas com meios éticos.</p> <p>(E) Para que se considerem como éticas as ações, pressupõem-se que os meios utilizados sejam legítimos.</p>	<p>8. Atente para a redação das seguinte frases:</p> <p>I. Costuma passar por verdadeiro a afirmação que todos os meios são válidos onde os fins são legítimos, mas nem por isso devemos considerá-la enquanto uma afirmação óbvia.</p> <p>II. Há casos que tornam difíceis a distinção entre o que é justo ou não, por isso é necessário uma educação atenta para que se descrimine os valores morais, os vícios e as virtudes.</p> <p>III. A rigor, não constitui exatamente um privilégio o fato de sabermos avaliar moralmente os nossos atos, pois tal discernimento implica maior responsabilidade em todas as nossas decisões.</p> <p>Está clara e correta APENAS a redação de</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) III.</p>
<p>6. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>Esses meios desrespeitam a consciência e a liberdade da pessoa moral</i>, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) serão desrespeitadas.</p> <p>(B) desrespeita-se.</p> <p>(C) é desrespeitada.</p> <p>(D) são desrespeitadas.</p> <p>(E) são desrespeitados.</p>	<p>9. Quanto aos nossos atos, <u>os atos</u> que não são indiscutivelmente éticos apresentam-se como contraditórios, em relação tanto <u>aos atos</u> que se justificam eticamente, quanto aos fins, se <u>os fins</u> forem de fato éticos.</p> <p>Evitam-se as repetições de palavras da frase acima substituindo-se de modo correto os elementos sublinhados por, respectivamente</p> <p>(A) esses - à aqueles - aqueles</p> <p>(B) os mesmos - aqueles - os mesmos</p> <p>(C) aqueles - à aqueles - estes</p> <p>(D) estes - à aqueles - esses</p> <p>(E) aqueles - a aqueles - esses</p>
<p>7. As formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) Se convirmos em que os fins justificam quaisquer meios, justificar-se-ão até mesmo as maiores atrocidades.</p> <p>(B) Quem não exclui os meios anti-éticos em sua conduta inclui a perfídia e a deslealdade como recursos possíveis.</p> <p>(C) A menos que distinguamos entre o bem e o mal, não haverá como aferir a qualidade ética dos nossos atos.</p> <p>(D) Atos éticos nunca adviram de meios anti-éticos, segundo o que assevera a autora do texto.</p> <p>(E) Eles pressuporam que elas agiriam eticamente, mas os fatos que adviram provaram o contrário.</p>	<p>10. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) De acordo com Marilena Chauí – a autora do texto –, é preciso desconfiar das afirmações que, aparentemente óbvias, não resistem a uma análise mais concreta e mais rigorosa.</p> <p>(B) De acordo com Marilena Chauí, a autora do texto: é preciso desconfiar das afirmações que aparentemente óbvias, não resistem a uma análise, mais concreta e mais rigorosa.</p> <p>(C) De acordo com Marilena Chauí, a autora do texto; é preciso: desconfiar das afirmações que, aparentemente óbvias não resistem, a uma análise mais concreta, e mais rigorosa.</p> <p>(D) De acordo com Marilena Chauí, a autora do texto, é preciso desconfiar, das afirmações, que aparentemente óbvias não resistem a uma análise, mais concreta e mais rigorosa.</p> <p>(E) De acordo com Marilena Chauí, – a autora do texto - é preciso desconfiar das afirmações, que, aparentemente óbvias não resistem a uma análise mais concreta e, mais rigorosa.</p>

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

Guerra na televisão

O cinismo é uma das armas dos humoristas. No dia em que começou a invasão do Iraque, um deles escreveu em sua coluna de jornal que ia comprar um balde de pipocas, sintonizar a TV num canal internacional e esticar as pernas no sofá. O pior é que esse tipo de cinismo não é de responsabilidade exclusiva do humorista do jornal, mas do próprio tipo de transmissão: os telespectadores se deparam não exatamente com as atrocidades da guerra, mas com uma espécie de cenário de videogame, com clarões e explosões na panorâmica noturna de uma cidade fantasmagórica. As emissoras fazem da cobertura da guerra um espetáculo para grande audiência.

Poupado das visões particularizadas dos corpos atingidos, das expressões de dor, dos inúmeros rostos dos mortos e feridos, o telespectador é induzido a uma percepção asséptica de cada bombardeio, como num combate puramente virtual. Some-se a isso o tempo que gastam os canais de TV na descrição dos armamentos, no preço de cada operação, nas estatísticas de todo tipo, nas análises dos especialistas – e praticamente nada sobra de espaço para o que realmente deveria contar: a trágica experiência humana dos envolvidos.

Muitos dos próprios jornalistas – sobretudo os que estão mais próximos das cenas de combate – procuram desfazer essa banalização da violência com relatos realistas e dramáticos. Mas suas palavras, sendo apenas palavras, não eliminam o efeito das imagens "higienizadas" da guerra, captadas por câmeras fixas, acionadas por controle remoto. Não é estranho que nos filmes de ficção mais violentos se exibam os detalhes mais miúdos e sórdidos, ao passo que no telejornalismo a barbárie ganha o aspecto aceitável de uma grande cena ficcional?

(Severiano Linhares, inédito)

11. A idéia fundamental desenvolvida no texto está corretamente resumida em:

- (A) Deve-se ao cinismo dos humoristas o fato de que as imagens da guerra percam toda a gravidade que lhes é inerente.
- (B) As transmissões ao vivo das cenas de guerra se fazem de modo a retirar das imagens o impacto da violência que se abate sobre os envolvidos.
- (C) É a violência dos filmes de ficção que torna insignificante a brutalidade amplamente propagada nas cenas de guerra dos telejornais.
- (D) Alguns jornalistas preferem, em vez de se valer das palavras, dar toda a ênfase à documentação fotográfica que realizam no local da conflagração.
- (E) Quando mostram os detalhes de uma batalha sangrenta, as reportagens acabam por dar mais ênfase aos dramas subjetivos que à tragédia real.

12. É correta a seguinte afirmação sobre o texto:

- (A) A expressão *percepção asséptica* (2º parágrafo) tem sentido inteiramente oposto ao da expressão *imagens "higienizadas"* (3º parágrafo).
- (B) No contexto do 2º parágrafo, a expressão *Poupado das visões* tem o sentido de *Exposto às cenas*.
- (C) A expressão *sendo apenas palavras*, no 3º parágrafo, tem o mesmo sentido de *ainda que fossem tão-somente palavras*.
- (D) No 3º parágrafo, os termos *filmes de ficção* e *telejornalismo* estão sendo utilizados no desenvolvimento de uma contraposição.
- (E) A expressão *a barbárie ganha o aspecto aceitável*, no 3º parágrafo, deve ser entendida como *a barbárie vence a aparência de aceitabilidade*.

13. Está apropriado o emprego e correta a grafia de todas as palavras da frase:

- (A) A opinião do autor vai de encontro a daqueles que vêm no cinismo uma das armas que os humoristas não despendam.
- (B) As emissoras lutam entre si pela obtenção de um grande nível de audiência, razão porque fazem da cobertura da guerra um grande espetáculo.
- (C) Os discursos dos governantes revelam toda a sua hipocrisia quando enfatizam a nobreza dos motivos que os levaram à conflagração.
- (D) Não é atoa que os jornalistas mais próximos das cenas de combate são os que dispendem mais esforços para evitar a banalização da violência.
- (E) A assepsia que caracteriza as transmissões tem a pretensão de promover uma imagem aceitável das cenas mais brutais.

14. Para preencher corretamente a lacuna, o verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do **plural** na seguinte frase:

- (A) A menos que se (**perder**) no tempo, essas imagens "higienizadas" testemunharão para sempre a insensibilidade de nossa época.
- (B) Uma das marcas dessas transmissões jornalísticas (**estar**) nas semelhanças que guardam com as imagens de um jogo eletrônico.
- (C) Mesmo que não (**criar**) outros efeitos, esse tipo de transmissão já seria nocivo por implicar a banalização da violência.
- (D) Se tudo o que as câmeras captassem (**chegar**) até nós, sem uma edição maliciosa, nossas reações seriam bem outras.
- (E) As pessoas a quem se (**dirigir**) esse tipo de telejornalismo são vistas mais como consumidores de entretenimento do que como cidadãos.

<p>15. Está adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) Uma das armas mais poderosas <u>de cuja</u> se valem os humoristas é o cinismo.</p> <p>(B) A percepção asséptica de cada bombardeio <u>em que</u> visam essas transmissões é uma violência em si mesma.</p> <p>(C) É na transmissão higienizada dos bombardeios <u>aonde que</u> as emissoras revelam toda a sua insensibilidade.</p> <p>(D) A trágica experiência <u>da qual</u> todos os envolvidos numa batalha se submetem parece contar pouco para as emissoras.</p> <p>(E) Os critérios <u>por que</u> se pautam os jornais televisivos, nesse tipo de transmissão, não são minimamente éticos.</p>	<p>18. É preciso corrigir a redação apenas da frase:</p> <p>(A) São muitas as pessoas que se deixam atingir pelo fascínio plástico da transmissão de uma cena de batalha.</p> <p>(B) O fascínio plástico das imagens de uma batalha acaba envolvendo um sem número de pessoas.</p> <p>(C) Não houvesse, de fato, o fascínio humano pela plasticidade da imagem de uma batalha, essas transmissões não teriam tanta audiência.</p> <p>(D) O fascínio plástico que as pessoas se deixam envolver acaba ensejando no sucesso de audiência das transmissões de tais cenas.</p> <p>(E) O fascínio que certas imagens terríveis provocam nos telespectadores advém da inegável beleza de sua plasticidade.</p>
<p>16. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Os detalhes estatísticos e os pormenores técnicos são irrelevantes, se confrontados com as dores reais de cada um dos atingidos pela guerra.</p> <p>(B) É irrelevante haverem tantos dados estatísticos ou pormenores técnicos confrontando-se àqueles atingidos pelas dores reais de uma guerra.</p> <p>(C) Se virmos a confrontar os pormenores estatísticos e os detalhes técnicos diante dos horrores da guerra, o que resulta é que são irrelevantes.</p> <p>(D) Os horrores da guerra, quando confrontada com miudezas técnicas ou números estatísticos, parece menos irrelevante do que de fato seria.</p> <p>(E) Os horrores da guerra faz perder a relevância dos números e dos detalhes técnicos, ao destacar a dor de quem foi realmente atingido por ela.</p>	<p>19. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. À qualquer hora estamos dispostos a assistir à cenas de guerra.</p> <p>II. Àquela hora da noite, ainda estávamos atentos à transmissão das cenas da guerra.</p> <p>III. Daqui a uma hora esse canal passará a transmitir a comunicação que o Presidente fará à Nação.</p> <p>Quanto à necessidade de usar-se o sinal de crase, está inteiramente correto o que se lê em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e II, somente.</p> <p>(C) I e III, somente.</p> <p>(D) II, somente.</p> <p>(E) II e III, somente.</p>
<p>17. O emprego e a posição dos pronomes sublinhados estão adequados na frase:</p> <p>(A) Se queres a paz, não <u>se</u> descuide: <u>se</u> prepara para a guerra.</p> <p>(B) Se quiserdes a paz, não <u>vos</u> descuideis: preparai-<u>vos</u> para a guerra.</p> <p>(C) Se quer a paz, não <u>te</u> descuide: <u>te</u> prepara para a guerra.</p> <p>(D) Se quereis a paz, não <u>se</u> descuidem: preparai-<u>se</u> para a guerra.</p> <p>(E) Se queremos a paz, não descuidemo-<u>nos</u>: <u>nos</u> preparemos para a guerra.</p>	<p>20. <u>Poupado das visões particularizadas dos corpos atingidos, o telespectador é induzido a uma percepção asséptica de cada bombardeio.</u></p> <p>No contexto do período acima, o segmento sublinhado tem como função exprimir uma</p> <p>(A) finalidade.</p> <p>(B) dúvida.</p> <p>(C) causalidade.</p> <p>(D) decorrência.</p> <p>(E) improbabilidade.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com o ensinamento predominante na doutrina brasileira, pode-se identificar na organização administrativa pátria, como fruto da desconcentração, no plano federal,

- (A) uma fundação pública.
- (B) um ministério.
- (C) uma autarquia qualificada como agência executiva.
- (D) uma sociedade de economia mista.
- (E) uma agência reguladora.

22. Uma empresa que exerça atividade econômica, com 70% de seu capital votante nas mãos da União, sendo o restante de seu capital de propriedade de um Estado,

- (A) enquadra-se na definição legal de empresa pública, tendo personalidade jurídica de direito público.
- (B) enquadra-se na definição legal de sociedade de economia mista, tendo personalidade jurídica de direito público.
- (C) enquadra-se na definição legal de empresa pública, tendo personalidade jurídica de direito privado.
- (D) enquadra-se na definição legal de sociedade de economia mista, tendo personalidade jurídica de direito privado.
- (E) não se enquadra em nenhuma definição legal quanto às entidades da Administração indireta.

23. De acordo com o Direito brasileiro, é exemplo de pessoa jurídica de direito público externo

- (A) a União.
- (B) o Distrito Federal.
- (C) uma sociedade de economia mista com ações negociadas em mercados de ações estrangeiros.
- (D) um Estado-membro, desde que assim reconhecido pelo Senado Federal.
- (E) um Estado estrangeiro.

24. É uma decorrência possível do princípio da impessoalidade aplicado à Administração Pública

- (A) serem os atos praticados pelos agentes públicos imputados à entidade da Administração em nome da qual eles agem.
- (B) ser vedado à autoridade que pratica um ato administrativo identificar-se pessoalmente.
- (C) não serem os agentes públicos pessoalmente responsáveis pelos atos que praticam em nome da Administração.
- (D) não poder a Administração praticar atos que gerem conseqüências para pessoas nominalmente identificadas.
- (E) não possuir a Administração responsabilidade civil pelos atos praticados por seus agentes, nas hipóteses em que estejam exercendo competência privativa.

25. NÃO é conseqüência do poder hierárquico de uma autoridade administrativa federal, o poder de

- (A) dar ordens aos seus subordinados.
- (B) rever atos praticados por seus subordinados.
- (C) resolver conflitos de competências entre seus subordinados.
- (D) delegar competência para seus subordinados editarem atos de caráter normativo.
- (E) aplicar penalidades aos seus subordinados, observadas as garantias processuais.

26. Se um agente público praticar um ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência, tal ato estará maculado pelo vício de

- (A) incompetência do agente.
- (B) forma.
- (C) ilegalidade do objeto.
- (D) inexistência de motivos.
- (E) desvio de finalidade.

27. Segundo ensinamento doutrinário, no Brasil, a revogação, pelo Poder Judiciário, de um ato administrativo discricionário praticado por autoridade do Poder Executivo

- (A) é amplamente possível.
- (B) é possível desde que o Judiciário venha a se manifestar por provocação da própria administração.
- (C) é possível desde que se trate de ato motivado.
- (D) não é possível.
- (E) é possível desde que não se trate de ato praticado no exercício de competência exclusiva.

28. Exercendo o controle de atos da Administração, o Poder Legislativo pode, por meio de

- (A) uma comissão parlamentar de inquérito, proferir decisões com força de decisões judiciais.
- (B) uma comissão permanente, convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.
- (C) qualquer parlamentar, determinar o depoimento, em Plenário, de qualquer autoridade ou cidadão.
- (D) uma comissão parlamentar de inquérito, cassar mandatos de autoridades que tenham sido eleitas pelo voto popular.
- (E) qualquer parlamentar, dar início ao processo de julgamento do Presidente da República, por crime de responsabilidade, junto ao Supremo Tribunal Federal.

<p>29. Um servidor público federal, que exerça remuneradamente cargo público de médico junto à Administração Direta, acumulando, de modo também remunerado, um cargo público de professor junto a uma autarquia federal,</p> <p>(A) não pode acumular, remuneradamente, mais nenhum cargo ou emprego público, em nenhuma das esferas da Federação.</p> <p>(B) pode ainda, remuneradamente, acumular um cargo público de médico ou de professor na esfera federal.</p> <p>(C) pode ainda, remuneradamente, acumular um cargo público de médico ou de professor, desde que na esfera estadual ou na municipal.</p> <p>(D) pode ainda, remuneradamente, acumular um emprego público de médico ou de professor em qualquer das esferas da federação.</p> <p>(E) pode ainda, remuneradamente, acumular um emprego público de médico ou de professor, desde que na esfera estadual ou na municipal.</p>	<p>32. A Constituição Federal veda que</p> <p>(A) brasileiro nato ou naturalizado seja banido do território nacional.</p> <p>(B) brasileiro nato ou naturalizado seja extraditado do território nacional.</p> <p>(C) estrangeiro seja deportado do território nacional.</p> <p>(D) estrangeiro seja expulso do território nacional.</p> <p>(E) estrangeiro seja extraditado do território nacional, salvo nos casos de prática de tráfico ilícito de entorpecentes.</p>
<p>30. Um servidor público federal comete um ato que supostamente configura, ao mesmo tempo, ilícito penal e administrativo. São instaurados processos distintos para apurar as duas ordens de responsabilidade, mas o processo penal encerra-se primeiro, com a absolvição do servidor pela negativa da existência do fato. Assim sendo, o servidor foi automaticamente absolvido na esfera administrativa. Na situação acima,</p> <p>(A) está errada a instauração simultânea dos dois processos, pois isso caracteriza o chamado <i>bis in idem</i>.</p> <p>(B) está correta a instauração simultânea dos dois processos, todavia, o processo penal deveria ter restado sobrestado até a decisão do processo administrativo.</p> <p>(C) foi corretamente absolvido o servidor na esfera administrativa, em face da decisão penal que negou a existência do fato.</p> <p>(D) a absolvição do servidor no processo administrativo não poderia ter sido automática, pois uma conduta que não configura ilícito penal ainda assim pode configurar ilícito administrativo.</p> <p>(E) está errada a instauração simultânea dos dois processos, pois deveria ter sido instaurado apenas um, perante a autoridade judicial, competente para apreciar as duas ordens de ilícitos.</p>	<p>33. José Carlos da Silva, filho de pai brasileiro e mãe estrangeira, nasceu em território estrangeiro, onde residiu por 25 anos, vindo, após, a residir no Brasil. Decorridos 2 anos de residência no País, José Carlos ingressou com pedido junto à Justiça competente para manifestar sua opção pela nacionalidade brasileira e adquiri-la em definitivo, nos termos da Constituição Federal. Nesse caso, José Carlos</p> <p>(A) não poderá optar pela nacionalidade brasileira, já que é filho de mãe estrangeira.</p> <p>(B) não poderá optar pela nacionalidade brasileira, já que residiu no estrangeiro até adquirir a maioridade.</p> <p>(C) não poderá optar pela nacionalidade brasileira, já que a opção deveria ter sido feita quando do seu ingresso em território nacional.</p> <p>(D) não poderá optar pela nacionalidade brasileira antes de completar 15 anos de residência no Brasil.</p> <p>(E) poderá optar pela nacionalidade brasileira.</p>
<p>31. Tomando-se como critério de classificação das Constituições a estabilidade, a Constituição brasileira caracteriza-se como</p> <p>(A) flexível.</p> <p>(B) rígida.</p> <p>(C) semi-rígida.</p> <p>(D) escrita.</p> <p>(E) dogmática.</p>	<p>34. Determinado servidor público federal foi condenado, por sentença transitada em julgado, a ressarcir o erário em razão da prática de atos de improbidade administrativa. A mesma sentença ainda determinou a suspensão de seus direitos políticos, entre outras sanções, sem prejuízo de eventual condenação na ação penal que corria paralelamente perante o juízo competente. Esse mesmo servidor, desejando eleger-se Deputado Federal, deverá ser informado de que</p> <p>(A) poderá eleger-se uma vez que a sentença que determina a suspensão de seus direitos políticos é ineficaz, já que essa restrição somente poderia decorrer de sentença penal condenatória transitada em julgado.</p> <p>(B) poderá eleger-se uma vez que a sentença que determinou a suspensão de seus direitos políticos é nula de pleno direito, já que a Constituição Federal veda expressamente a cassação de direitos políticos.</p> <p>(C) poderá eleger-se uma vez que a sentença que determinou a suspensão de seus direitos políticos é nula de pleno direito, já que essa sanção não pode ser cumulada com sanção de natureza penal.</p> <p>(D) não poderá eleger-se enquanto perdurar a suspensão de seus direitos políticos, determinada na ação civil, por se tratar de hipótese expressamente admitida na Constituição Federal.</p> <p>(E) não poderá eleger-se no período de suspensão de seus direitos políticos apenas na hipótese de também vir a ser condenado em sentença penal pela prática do ato de improbidade.</p>

<p>35. De acordo com a Constituição Federal, o Município</p> <p>(A) goza de capacidade de autogoverno e de auto-administração, mas não de auto-organização, já que a validade de sua Lei Orgânica depende de aprovação da Assembléia Legislativa do Estado-membro.</p> <p>(B) goza de capacidade de auto-organização e de auto-administração, mas não de autogoverno, já que não tem Poder Judiciário.</p> <p>(C) goza de capacidade de auto-organização, autogoverno e de auto-administração, integrando a Federação brasileira.</p> <p>(D) não integra a Federação brasileira, estando subordinado ao Estado-membro do ponto de vista legislativo e organizacional, ainda que a Constituição Federal assegure-lhe autonomia administrativa.</p> <p>(E) deve seguir o regime jurídico dispensado aos territórios, ainda que goze de certa autonomia que lhe foi conferida pela Constituição Federal.</p>	<p>38. De acordo com a Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar</p> <p>(A) os recursos especiais.</p> <p>(B) os recursos extraordinários.</p> <p>(C) as apelações.</p> <p>(D) as ações diretas de inconstitucionalidade.</p> <p>(E) as arguições de descumprimento de preceito fundamental.</p>
<p>36. A Constituição Federal, ao disciplinar a investidura em cargo e emprego públicos, determina que</p> <p>(A) depende sempre de concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a complexidade do cargo ou emprego.</p> <p>(B) é vedada a contratação de servidor por tempo determinado, mesmo para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.</p> <p>(C) os cargos em comissão serão sempre exercidos por servidores de carreira, previamente aprovados em concurso público.</p> <p>(D) os estrangeiros não terão acesso aos cargos públicos, mas somente aos empregos públicos, sem direito à estabilidade.</p> <p>(E) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.</p>	<p>39. Proposta, perante o Supremo Tribunal Federal, ação declaratória de constitucionalidade (ADECON) de lei estadual, a ação foi julgada procedente, tendo em vista que a norma estadual violava as disposições constitucionais sobre servidores públicos. Determinou a sentença do Supremo Tribunal Federal que a decisão produziria efeitos contra todos e vinculantes ao Poder Executivo e aos demais órgãos do Poder Judiciário. Diante disso, é correto dizer que a</p> <p>(A) ação não poderia ter sido conhecida, vez que lei estadual somente pode ser objeto de ADECON se violar preceito fundamental da Constituição Federal.</p> <p>(B) sentença somente poderia produzir efeitos contra todos e vinculantes aos demais órgãos do Poder Judiciário, mas não ao Poder Executivo.</p> <p>(C) sentença somente poderia produzir efeitos contra todos e vinculantes se julgada improcedente a ADECON.</p> <p>(D) ação não poderia ter sido conhecida, vez que lei estadual não pode ser objeto de ADECON.</p> <p>(E) sentença deve produzir efeitos contra todos e vinculantes, inclusive em relação ao próprio Supremo Tribunal Federal.</p>
<p>37. Supondo que o Presidente da República tenha praticado um crime comum e um crime de responsabilidade, não conexos entre si, admitida a acusação</p> <p>(A) pela Câmara dos Deputados, o Presidente deverá ser julgado pelo Senado Federal pela prática de ambos os crimes, perdendo o cargo somente após decisão condenatória definitiva.</p> <p>(B) pela Câmara dos Deputados, o Presidente ficará suspenso de suas funções até que sobrevenha sentença definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, competente para julgá-lo pela prática de ambos os crimes.</p> <p>(C) pela Câmara dos Deputados, o Presidente ficará suspenso de suas funções se, no caso do crime comum, for recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal e, no caso do crime de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.</p> <p>(D) pelo Senado Federal, o órgão competente para julgar o Presidente em definitivo poderá determinar sua prisão pela prática do crime comum e impor-lhe a perda do cargo em razão da prática do crime de responsabilidade.</p> <p>(E) pelo Senado Federal, o Presidente deverá ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal pela prática do crime comum, sendo competente a Câmara dos Deputados para julgá-lo pela prática do crime de responsabilidade.</p>	<p>40. A Lei Complementar 35/79 (Lei Orgânica da Magistratura) disciplina, entre outras matérias, as garantias da magistratura, dispondo sobre a perda e o afastamento do cargo de magistrado. A respeito desse tema, dispõe a referida Lei Complementar que o magistrado</p> <p>(A) somente perderá o cargo em ação penal por crime comum ou de responsabilidade, sendo vitalício ou não.</p> <p>(B) vitalício poderá ser afastado do exercício de suas funções, sem prejuízo dos vencimentos e das vantagens, até a decisão final a respeito da perda de seu cargo.</p> <p>(C) vitalício somente perderá o cargo em ação penal por crime comum ou de responsabilidade.</p> <p>(D) vitalício perderá o cargo somente por iniciativa do Tribunal a que esteja vinculado ou de seu Órgão Especial.</p> <p>(E) vitalício poderá, nos casos previstos em lei, perder o cargo por procedimento administrativo simplificado, sem as garantias da ampla defesa e do contraditório.</p>

<p>41. Havendo lesão ao direito da personalidade e estando a vítima morta, a legitimação para reparar a lesão e reclamar perdas e danos</p> <p>(A) é exclusiva do cônjuge sobrevivente, se a vítima era casada, e, em caso contrário, de qualquer parente em linha reta.</p> <p>(B) extingue-se, visto que os direitos personalíssimos são intransmissíveis.</p> <p>(C) é do cônjuge sobrevivente ou de qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.</p> <p>(D) só pode ser reconhecida em favor de qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.</p> <p>(E) deve ser considerada inexistente, uma vez que a personalidade extingue-se com a morte e <i>mors omnia solvit</i>.</p>	<p>45. O prazo necessário, sem interrupção, nem oposição, para aquele que possuir como seu um imóvel, adquirir-lhe a propriedade, sem título ou boa-fé, mas tendo realizado no imóvel obras e serviços de caráter produtivo, ficou, no atual Código, reduzido a</p> <p>(A) 5 anos.</p> <p>(B) 5 anos, se ali também fixar sua moradia habitual.</p> <p>(C) 10 anos.</p> <p>(D) 10 anos, se ali também fixar sua moradia habitual.</p> <p>(E) 15 anos.</p>
<p>42. Quanto aos bens considerados em si mesmos, têm-se como certo que</p> <p>(A) os acréscimos ou melhoramentos sobrevivendo ao bem sem intervenção do proprietário consideram-se também benfeitorias.</p> <p>(B) as ações que asseguram os direitos reais sobre imóveis são consideradas bens móveis.</p> <p>(C) os materiais provenientes da demolição de prédios mantêm sua condição de bens imóveis.</p> <p>(D) enquanto não separados do bem principal, os frutos e produtos não podem ser objeto de negócio jurídico.</p> <p>(E) as energias que tenham valor econômico são consideradas bens móveis.</p>	<p>46. Quanto ao pagamento, pode-se afirmar que</p> <p>(A) não é válido, quando feito ao credor putativo, ainda que de boa-fé.</p> <p>(B) o credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.</p> <p>(C) sua retenção, sob pretexto da não entrega de quitação, não é direito do devedor.</p> <p>(D) a posse do título pelo devedor não firma a presunção do pagamento.</p> <p>(E) o local previsto no contrato é irrenunciável, mesmo que o credor tenha reiteradamente recebido o pagamento em local diverso.</p>
<p>43. Quanto à decadência, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o prazo de decadência não corre contra os absolutamente incapazes.</p> <p>(B) o juiz deve, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.</p> <p>(C) a renúncia à decadência fixada em lei é nula.</p> <p>(D) aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.</p> <p>(E) a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação, se a decadência for convencional.</p>	<p>47. Comprei uma máquina. Quando recebida, notei ter defeito oculto que reduzia sensivelmente a produção, diminuindo, em consequência, o seu valor. O vendedor conhecia o defeito e ofereceu-me um abatimento no preço, em valor superior à diminuição da capacidade da máquina. Nesse caso,</p> <p>(A) se quiser, posso aceitar o oferecimento de abatimento no preço, mas estou impedido de enjeitar a coisa.</p> <p>(B) sou obrigado a aceitar a oferta de abatimento, que cobre, superiormente, a menor capacidade da máquina.</p> <p>(C) posso enjeitar a coisa viciada e recuperar o que paguei, mas não tenho direito a perdas e danos.</p> <p>(D) posso enjeitar a coisa viciada e recuperar o que paguei, com perdas e danos.</p> <p>(E) a decadência do direito de enjeitar ou de aceitar o abatimento oferecido ocorre no prazo de noventa dias.</p>
<p>44. Eu vinha mantendo posse sobre uma chácara havia mais de oito anos. Hoje tomei conhecimento de que há uma semana sofri esbulho dessa posse, uma vez que encontrei outra pessoa dentro da minha chácara. Nesse caso,</p> <p>(A) perderei a posse se me abster de retomar, imediatamente, o imóvel, ou se, tentando recuperá-lo, for violentamente repellido.</p> <p>(B) reputa-se que já perdi a posse há uma semana, com o ato de invasão realizada pelo terceiro.</p> <p>(C) só perderei a posse se não usar de diligência para retomar, imediatamente, o imóvel.</p> <p>(D) considera-se que a posse foi perdida no exato momento em que tomei conhecimento do esbulho, nada podendo fazer sem o socorro judiciário.</p> <p>(E) só perderei a posse se não usar, imediatamente, do socorro judiciário.</p>	<p>48. Recebi mandato para prática de certo negócio. Estando pendente um dos atos e havendo perigo na demora de sua prática, tomei conhecimento da morte do mandante. Nesse caso,</p> <p>(A) cessa minha responsabilidade com a morte, devendo o espólio do outorgante prosseguir no negócio ou renovar o mandato.</p> <p>(B) está extinto o mandato pela ocorrência da morte.</p> <p>(C) a conclusão do negócio depende de urgente autorização judicial.</p> <p>(D) a morte solve o mandato, assim como o negócio já começado e as partes retornam ao <i>status quo ante</i>.</p> <p>(E) devo concluir o negócio já começado.</p>

<p>49. Quanto à fiança, pode-se afirmar que</p> <p>(A) não sendo limitada, compreende todos os acessórios da dívida principal, inclusive as despesas judiciais, desde a citação do fiador.</p> <p>(B) admite interpretação extensiva, mas só pode ser contratada por escrito.</p> <p>(C) o credor não pode exigir a substituição do fiador que se tornar insolvente ou incapaz.</p> <p>(D) o fiador é solidário à dívida e não pode exigir que sejam primeiro executados os bens do devedor.</p> <p>(E) não podem os fiadores, em caso de pluralidade deles, estipular responsabilidade parcial pelo pagamento.</p>	<p>53. Para uma ação de reintegração de posse de imóvel cuja área esteja situada em mais de uma comarca, determinar-se-á a competência</p> <p>(A) pela prevenção, podendo a ação ser ajuizada em qualquer delas e estendendo-se a competência sobre a totalidade do imóvel.</p> <p>(B) pelo foro do domicílio do réu, mesmo que não se localize em uma das comarcas onde está situado o imóvel.</p> <p>(C) pelo foro do lugar em que estiver localizada a maior parte da área do imóvel.</p> <p>(D) pelo foro do lugar em que estiverem localizadas as principais benfeitorias.</p> <p>(E) pelo foro do domicílio do réu, se este se situar no imóvel objeto da ação.</p>
<p>50. Quanto ao concurso de credores, pode-se dizer que</p> <p>(A) os títulos legais de preferência são apenas os direitos e obrigações reais.</p> <p>(B) os credores terão igual direito sobre os bens do devedor comum, desde que não haja título legal à preferência.</p> <p>(C) o crédito real prefere ao pessoal, ressalvado o crédito pessoal privilegiado, o qual antecede àquele.</p> <p>(D) um exemplo de privilégio especial é o crédito por despesa de funeral, feito segundo a condição do morto e costume do lugar.</p> <p>(E) a antiguidade do crédito dará preferência, quando concorrerem diversos credores da mesma classe e o produto não bastar para pagamento integral de todos.</p>	<p>54. Observe as proposições abaixo:</p> <p>I. Far-se-á a liquidação por artigos quando a determinação do valor da condenação depender de cálculos aritméticos baseados em dados existentes em poder do devedor.</p> <p>II. Constitui título executivo judicial a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, Território e Município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.</p> <p>III. Quando o direito estiver sendo pleiteado em juízo, averbar-se-á no rosto dos autos a penhora que recair nele e na ação que lhe corresponder, a fim de se efetivar nos bens que forem adjudicados ou vierem a caber ao devedor.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>
<p>51. O juiz está impedido de exercer as suas funções em processo contencioso ou voluntário em que</p> <p>(A) for primo de uma das partes.</p> <p>(B) tiver subministrado meios para atender às despesas do litígio.</p> <p>(C) tiver aconselhado qualquer das partes acerca do objeto da causa.</p> <p>(D) tiver funcionado como órgão do Ministério Público.</p> <p>(E) for amigo íntimo de qualquer das partes.</p>	<p>55. Os embargos de declaração</p> <p>(A) suspendem o prazo para interposição de outros recursos apenas para o embargante.</p> <p>(B) suspendem o prazo para interposição de outros recursos para qualquer das partes.</p> <p>(C) interrompem o prazo para interposição de outros recursos para qualquer das partes.</p> <p>(D) interrompem o prazo para interposição de outros recursos apenas para o embargante.</p> <p>(E) não interrompem o prazo para interposição de outros recursos para qualquer das partes.</p>
<p>52. A intimação do Ministério Público, na sede do juízo, será feita</p> <p>(A) por carta de ordem.</p> <p>(B) pessoalmente, em qualquer caso.</p> <p>(C) por carta registrada, com aviso de recebimento.</p> <p>(D) pela só publicação dos atos no órgão oficial.</p> <p>(E) pela só publicação dos atos na imprensa particular, onde não houver imprensa oficial.</p>	<p>56. Num processo sumário, o réu foi condenado à pena de 10 dias-multa, por crime de rixa, tendo a sentença sido publicada na audiência de instrução e julgamento realizada no dia 04 de abril de 2003, sexta-feira, da qual saíram intimados o réu e seu defensor constituído. Sabendo-se que aos sábados e domingos não há expediente forense, o prazo de 5 dias para interposição do recurso de apelação terminou no dia</p> <p>(A) 8 de abril, terça-feira.</p> <p>(B) 9 de abril, quarta-feira.</p> <p>(C) 10 de abril, quinta-feira.</p> <p>(D) 11 de abril, sexta-feira.</p> <p>(E) 14 de abril, segunda-feira.</p>

57. É correto afirmar que

- (A) a prisão preventiva do acusado não poderá ser decretada pelo juiz de ofício e dependerá de requerimento do Ministério Público ou do querelante ou de representação da autoridade policial, durante a instrução criminal.
- (B) a prisão preventiva poderá ser determinada pelo Ministério Público para assegurar a coleta da prova, evitando que o criminoso apague os vestígios do crime, alicie ou ameace testemunhas, em qualquer fase do inquérito policial.
- (C) a prisão temporária por 5 dias pode ser determinada pela autoridade policial quando imprescindível para as investigações preliminares de inquérito em que se apura crime punido com pena de reclusão.
- (D) a sentença de pronúncia obrigatoriamente decretará a prisão do réu, mesmo se for primário e tiver bons antecedentes.
- (E) considera-se preso em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, arma, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

58. Da decisão do juiz singular que negar ordem de *habeas corpus*, cabe

- (A) recurso ordinário.
- (B) apelação.
- (C) recurso em sentido estrito.
- (D) correição parcial.
- (E) recurso de ofício.

59. A competência penal para julgar Desembargador do Tribunal de Justiça de Estado da Federação, acusado da prática de crime comum, é do

- (A) Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Tribunal Regional Federal da Região correspondente ao Estado onde se localiza o Tribunal de Justiça a que ele pertencer.
- (D) Órgão Especial do Tribunal de Justiça a que ele pertencer.
- (E) Plenário do Tribunal de Justiça a que ele pertencer.

60. Nos crimes de ação penal pública condicionada, oferecida a representação pelo ofendido, esta será irretratável APENAS depois

- (A) de encerrado o inquérito policial.
- (B) de oferecida a denúncia.
- (C) do recebimento da denúncia.
- (D) da sentença que julgar a pretensão acusatória.
- (E) do trânsito em julgado da sentença que julgar a pretensão acusatória.